

## **EMBAIXADA DO BRASIL EM BASSETERRE**

### **RELATÓRIO DE GESTÃO (2013 - 2019)**

**EMBAIXADOR DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS**

Estabelecida pelo Decreto nº 6.774, de 22/02/2009, a Embaixada do Brasil em Basseterre foi chefiada pelo embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2013, e pelo embaixador Douglas Wanderley de Vasconcellos, de setembro de 2013 a agosto de 2019. Nos períodos restantes, funcionários do Serviço Exterior Brasileiro exerceram as funções de encarregados de negócios. As atividades do posto foram encerradas em agosto de 2019.

2. Na sabatina no Senado Federal, em 2013, duas justificativas sustentavam a missão: (a) a liderança regional do então primeiro-ministro Denzil Douglas; e (b) a cooperação bilateral em matéria penal e combate a ilícitos transnacionais. Essas eram as circunstâncias vislumbradas da representação e do trabalho substantivo para a Embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis.

3. Ao longo dos primeiros três anos à frente da Embaixada, múltiplas possibilidades de cooperação técnica foram aventadas, mas as iniciativas não tiveram continuidade por restrições orçamentárias conjunturais.

4. Identificam-se, como pontos estratégicos para as relações bilaterais, a tramitação de lista adicional de produtos beneficiários de São Cristóvão e Névis, no âmbito da ALADI; o desenvolvimento de cooperação esportiva; capacitação técnica em uso do solo; e realização do II Curso para Diplomatas do Caribe.

### **POLÍTICA EXTERNA**

5. São Cristóvão e Névis é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). Merece destaque a cooperação com parceiros como Cuba, Taiwan e União Europeia. O país também é membro da Petrocaribe, aliança em matéria petroleira entre alguns países do Caribe e a Venezuela.

6. No plano multilateral, a política conduzida pelo primeiro-ministro Timothy Harris priorizou as seguintes áreas temáticas: (a) promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo; e (b) questões climáticas e ambientais, nas quais se incluem mecanismos de financiamento, adaptabilidade, conversões de matrizes energéticas, energias renováveis, mudança ambiental, cooperação e transferências de tecnologia, assim como modalidades de crédito e compensação.

7. Cabe ressaltar o pleito são-cristovense de acesso facilitado a instrumentos creditícios públicos internacionais e a rejeição a conceitos vigentes de graduação de países com base em metodologias de renda per capita, enquadramento que dificulta crédito concessional disponível a Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento.

### **POLÍTICA INTERNA**

8. A Federação de São Cristóvão e Névis organiza-se de acordo com o modelo parlamentarista, sob uma monarquia constitucional cuja chefe de Estado é a rainha

Elizabeth II, representada por um governador-geral. A ilha de Névis dispõe de considerável grau de autonomia.

9. Os partidos políticos de São Cristóvão são o *People's Action Movement*, o *People's Labour Party* e o *Saint Kitts and Nevis Labour Party*. Em Névis, há dois partidos políticos: *Concerned Citizens Movement* e o *Nevis Reformation Party*.

10. As eleições de fevereiro de 2015 foram vencidas pela coalizão *Team Unity*. A coalizão conquistou 7 das 11 cadeiras no parlamento, e seu líder, Timothy Harris, foi empossado como novo primeiro-ministro da Federação. A vitória da *Team Unity* pôs fim ao mandato de Denzil Douglas, que governara o país por cerca de 20 anos.

11. Ao assumir suas funções, Timothy Harris prometeu "tranquilidade, suavidade e rapidez nos ajustes", com vistas a acalmar investidores quanto ao perfil pretendido de governo, que seria amigável e receptivo aos negócios.

## **ECONOMIA**

12. Nos últimos anos, a economia tem experimentado diversificação, com o aumento da participação do turismo, serviços financeiros e indústrias leves na formação do PIB. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, mas o setor financeiro *offshore* vem adquirindo relevância, sobretudo em Névis.

13. Até 2011, São Cristóvão e Névis tinha alto índice de endividamento público em relação ao PIB, de quase 200%. Além de realizar acordo com o Fundo Monetário Internacional, o governo iniciou a renegociação da dívida pública de US\$ 1,1 bilhões. Um desconto de 50% do valor nominal dos títulos antigos foi aceito por 96% dos credores, os quais receberam novos títulos com 20 anos de maturidade. Alguns países perdoaram a totalidade ou grande parte da dívida oficial.

14. O acordo *stand-by* com o FMI, no valor de US\$ 80,7 milhões, ocasionou a introdução de imposto sobre valor agregado de 17% e elevou substancialmente as tarifas de eletricidade, combustível e internet.